

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima-quarta Sessão Ordinária

21 - 28 de Janeiro de 2014

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/809 (XXIV)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA
DA UA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA
INTEGRAÇÃO (COMAI VI), *BALACLAVA FORT*, MAURÍCIAS,
18 - 19 DE ABRIL DE 2013**

RELATÓRIO DA SEXTA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO (COMAI VI)

INTRODUÇÃO

1. A Sexta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI VI) foi realizada a 18 e 19 de Abril de 2013, no Balaclava Fort, nas Ilhas Maurícias, sobre o lema '**Governança da Integração**'.
2. A Conferência aprovou um Relatório e uma Declaração. Os Ministros fizeram recomendações pertinentes sobre o tema da Reunião, analisaram o estado da integração em África e consideraram os progressos realizados na implementação das suas recomendações decorrentes das sessões ordinárias anteriores. Os Ministros responsáveis pela integração consideraram a situação peculiar dos estados insulares e dos países sem acesso ao mar e fizeram recomendação para a adopção na Cimeira. Além disso, a Conferência analisou o processo no sentido de criação do segundo bloco das CER, bem como a Zona Continental de Comércio Livre (ZCLC).
3. A Conferência solicitou a CUA para organizar, enquanto se aguarda a implementação plena das decisões pertinentes sobre a operacionalização dos Comitês Especiais Técnicos (STC), uma Conferência Conjunta Extraordinária dos Ministros Africanos da Integração e dos Ministros da Economia e Finanças, para garantir uma maior participação no processo de tomada de decisão e na mobilização dos recursos necessários para implementar os diversos programas de integração.
4. A Conferência solicitou igualmente a CUA para desenvolver um quadro harmonizado para avaliar cientificamente a implementação do processo de integração, por meio de indicadores de integração e critérios comuns de avaliação e classificação, com base no Plano Geral de Desenvolvimento da UA.
5. Além disso, a CUA foi instada a organizar um fórum de integração como uma plataforma para o diálogo público-privado sobre questões de integração e ajudar a promover a implementação acelerada e na elaboração de políticas mais eficazes e convocar uma reunião consultiva sobre "Economia Azul".
6. Quanto à situação dos estados insulares e dos países sem acesso ao mar, a Conferência solicitou à CUA a realizar um estudo sobre as necessidades de integração dos estados insulares e os países sem acesso ao mar, com vista ao desenvolvimento de um programa de assistência especial para acelerar a sua integração.

EA9885

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 251-115-517 700 Ext. 255

**Sexta Conferência dos Ministros Africanos
Responsáveis pela Integração (COMAI VI)
18-19 de Abril de 2013
Balaclava Fort, Maurícias**

COMAI/MIN/RPT(VI)

RELATÓRIO

I. INTRODUÇÃO

1. À convite das Autoridades Mauricianas, a Sexta Conferência dos Ministros da União Africana Responsáveis pela Integração teve lugar nos dias 18 e 19 de Abril de 2013, no Hotel Intercontinental, Balaclava Fort, Maurícias.

II. PARTICIPAÇÃO

2. Estiveram presentes os seguintes Estados-membros:- Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Cote d'Ivoire, Egipto, Eritreia, Etiópia, Guiné Equatorial, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Níger, Nigéria, RASD, Ruanda, Senegal, Seichelles, África do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbabwé.

3. Estiveram igualmente presentes as seguintes CER: Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade da África Oriental (EAC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), Comunidade Económica para os Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade dos Estados do Sahel e do Sahara (CEN-SAD).

4. Fizeram-se igualmente representar na reunião, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA), o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

Discurso de Sua Excelência Erastus Mwencha, Vice-presidente da Comissão da União Africana

5. Em nome da Presidente da Comissão da UA, S.E. Dr^a Nkosazana Dlamini-Zuma, o Sr. Erastus Mwencha, Vice-presidente da CUA desejou boas-vindas aos Ministros e suas delegações à Conferência. Ele começou por exprimir os seus cordiais agradecimentos à Presidente da CUA, que, por forças das circunstâncias, não pôde participar na Conferência. Ele agradeceu a S.E. Rajkeswur Purryag, Presidente da República das Maurícias, ao Governo e o povo das Maurícias por acolher a Conferência, e pela calorosa hospitalidade acordada às delegações e os excelentes arranjos feitos para o seu sucesso.

6. Ele aproveitou também a oportunidade para exprimir profundas condolências da Comissão da UA ao povo e famílias das Maurícias afectados pelas recentes inundações. Felicitou o país, afirmando que acolhendo a União, o Governo das Maurícias demonstrou claramente a sua resiliência perante a diversidade e a concretização da Visão da UA de uma "África integrada, próspera e pacífica". Ele reconheceu ainda a presença de S.E. Dr. Ahmed Rashid Beebeejaun, Vice Primeiro-ministro e Ministro da Energia e Serviços Públicos da República das Maurícias e S.E. Dr. Arvin Boolell, GCSK, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Integração Regional e Comércio Internacional.

7. Ele chamou a atenção da Conferência para a comemoração do Quinquagésimo Aniversário da OUA/UA sob o tema “O Pan-africanismo e a Renascença Africana”. Explicou que se tratava de uma oportunidade para se reflectir sobre o caminho percorrido, a celebração dos sucessos e a contribuição dos Pais Fundadores, e também para se fazer uma análise do presente, iniciar os trabalhos preparativos para uma perspectiva a longo prazo – nomeadamente, “a África em 2063”. Ele explicou que a comemoração terá lugar sob duas formas, as comemorações de 25 de Maio e as comemorações ao longo do ano. Para o efeito, ele disse que o tema da Conferência do ano corrente, “**A Governação da Integração da África**”, é extremamente pertinente, oportuna e servirá como um importante contributo às discussões sobre o crescimento e desenvolvimento futuros do continente. Ele sublinhou o papel crucial da integração para que a África possa competir numa economia global altamente competitiva e manter o seu desempenho do crescimento actual.

8. Ele explicou que a Conferência tinha por objectivo avaliar os progressos feitos na implementação da Agenda da Integração da África, desde a COMAI V, realizada em Nairobi, Quênia, em Setembro de 2011. Neste sentido, dois relatórios emblemáticos de acompanhamento preparados pela Comissão sobre “o estado da integração em África” e o “relatório sobre a implementação das recomendações da COMAI V” serão apresentados e analisados pela Sexta Conferência. Ele convidou a reunião a auxiliar a Comissão, assegurando que os seus procedimentos de monitorização para a integração sejam robustos e munidos de ferramentas adequadas, que incluem a criação de um observatório da integração com vista a apoiar os esforços de monitorização e avaliação. Ao actualizar a Conferência relativamente aos esforços para a criação do Segundo Bloco de CERs combinadas na emulação do Acordo Tripartido EAC, COMESA e SADC, informou que os Directores Executivos da CEDEAO, ECAS e CEN-SAD tinham aprovado a iniciativa e que as reflexões e consultas sobre a via a seguir estavam em curso. Neste sentido, a primeira reunião consultiva teve lugar com peritos das CER e os Estados-membros concernentes, durante o período da COMAI VI.

9. Ele recordou ainda à Conferência que a Comissão estava a trabalhar árduamente para a implementação da recomendação da Conferência anterior e aprovada pela 18ª Cimeira da UA, para dedicar uma das sessões ordinárias ao desenvolvimento e integração. Neste sentido, sublinhou que a integração regional era um imperativo para a transformação e a sobrevivência do continente num contexto global, dinâmico e em mudanças. Por conseguinte, isto deve ser acompanhado pela industrialização, conforme enfatizado pelos Ministros na recém-concluída Sexta Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros de Economia e Finanças da União Africana e a Conferência dos Ministros Africanos de Finanças, Plano e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para a África, realizada em Abidjan, de 21 a 26 de Março de 2013. Concluindo, ele disse ainda que uma integração eficaz implica incorporar a voz das populações africanas nos processos político e de tomada de decisões-chave, por forma a assegurar que o processo esteja centrado no cidadão, e não na instituição.

Discurso de S.E. Arvin Boolell, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Integração Regional e Comércio Internacional da República das Maurícias

10. Em nome do Governo das Maurícias, S.E. Arvin Boolell, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Integração Regional e Comércio Internacional da República das Maurícias desejou boas-vindas aos Ministros e seus delegados à Conferência.

11. Ele afirmou que o continente africano encontra-se a meio do processo de transformação maciça e acolhe sete das economias de maior crescimento do mundo, com uma taxa de crescimento na casa dos 6% em 2012, enquanto que o resto do mundo confronta-se com uma crise financeira e com incerteza. Contudo, ele indicou que a recuperação de alguns países africanos das crises financeira e económica é lenta e que a maioria das economias da África foi negativamente afectada pela crise global, não obstante o optimismo inicial de que o sistema financeiro global teria alguns efeitos indirectos no continente.

12. Ele sublinhou a importância que as Maurícias confere à integração regional e reafirmou o seu compromisso para a realização dos objetivos do Tratado de Abuja. Indicou, particularmente, o sucesso do Tratado Tripartido da EAC- COMESA-SADC que constitui um grande impulso para a agenda da integração continental. Neste sentido, recordou a importância da construção de infra-estruturas adequadas necessárias para acelerar a implementação do processo de integração.

13. Por conseguinte, apontou que o tema da Conferência era oportuno e convidou as delegações a reflectirem profundamente sobre as acções a tomar por forma a acelerar o processo de integração, através de uma implementação eficaz das várias iniciativas, decisões e instrumentos jurídicos adoptados para o efeito, nomeadamente o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP).

14. Finalmente, convidou a Conferência para propor quaisquer acções necessárias a tomar para a concretização das nossas metas comuns de integração e desenvolvimento.

Alocução de Boas-vindas por S.E. Dr. Ahmed Rashid Beebeejaun, GCSK, FRCP, Vice-primeiro Ministro, Ministro da Energia e Serviços Públicos da República das Maurícias

15. Na sua intervenção preliminar, S.E. Dr. Ahmed Rashid Beebeejaun, indicou que o acolhimento da COMAI VI era testemunho do compromisso de que o seu país tinha tanto para o processo de integração regional como para o continental. Neste contexto, indicou ainda que a Conferência era parte dos eventos que o seu país estava a organizar por ocasião do 50º Aniversário da OUA/UA e o 10º Aniversário do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP).

16. Ele recordou os participantes que os primeiros líderes da independência reconheceram que sem a emancipação económica, a independência política não teria sentido. Isto porque as aspirações legítimas dos povos pela prosperidade, a paz e uma

vida melhor não seriam realizadas. Ele observou que por essa razão é que eles adoptaram em 1991 o Plano de Acção de Lagos, o Tratado de Abuja, em 1991, sobre a Criação da Comunidade Económica Africana (AEC), assim como o Acto Constitutivo da União Africana em 2000. Assim, notou que as grandes ambições que os líderes tinham, não correspondiam às acções e os resultados.

17. Num tom positivo, observou que a África era um continente emergente, que está a atrair um grande número de investidores, tanto dentro como fora do continente que deve ser aproveitado para manter a trajectória de alto crescimento encorajador. Parte das cifras positivas que estamos hoje a viver, testemunhar resultam de uma gestão económica salutar e melhor governação política. Por outro lado, existem muitas oportunidades de investimento, comércio e negócio, assim que aquelas apresentadas por uma média em crescimento, estimadas em cerca de 500 milhões. Porém, para maximizar as oportunidades mencionadas, era necessário abordar urgentemente os obstáculos que reduzem o comércio inter-africano, melhorando a integração regional e continental.

18. Ele regozijou-se pelos esforços da ZCL do COMESA-EAC-SADC, que pode desempenhar um papel positivo assegurando a criação de uma ZCL até a data indicativa de 2017. Informou a reunião que o Governo das Maurícias envidou muitos esforços para melhorar o ambiente de negócios e a facilitação da livre circulação de pessoas através da liberalização do sistema de vistos de entrada. Concluindo, o Vice-primeiro Ministro de que como forma de promover o desenvolvimento de capacidades de recursos humanos no continente, o Governo das Maurícias decidiu oferecer 50 bolsas de estudo a estudantes africanos para fazerem vários cursos em algumas instituições do ensino superior. Ele realçou a necessidade de afectação de recursos financeiros adequados para a implementação da agenda de integração regional e continental.

IV. COMPOSIÇÃO DA MESA

19. A Mesa foi constituída da seguinte forma:

- | | | |
|------|---------------------|-----------------------------|
| i. | Presidente: | Maurícias (África Oriental) |
| ii. | 1º Vice-presidente: | Zimbabwe (África Austral) |
| iii. | 2º Vice-presidente: | Benin (África Ocidental) |
| iv. | 3º Vice-presidente: | Tunísia (África do Norte) |
| v. | Relator: | Congo (África Central) |

V. ADOPÇÃO DA AGENDA

20. A reunião adoptou a seguinte Agenda:

- i. Cerimónia de Abertura;
- ii. Eleição da Mesa;
- iii. Adopção da Agenda e Organização dos Trabalhos;
- iv. Apresentação do Modelo da UA pelo Presidente;
- v. Relatório de Actividades do Presidente da COMAI V;

- vi. Panorâmica Geral sobre o estado da integração em África e implementação das Recomendações da COMAI V;
- vii. Mesa redonda sobre o tema da Conferência:
 - *Subtema 1: Como aprofundar o interesse dos líderes africanos no processo de integração?*
 - *Subtema 2: O Impacto da Globalização sobre a Governação da Integração em África;*
 - *Subtema 3: O Pan-africanismo e a Integração.*
- viii. Análise e adopção das recomendações da Reunião de Peritos;
- ix. Apresentação sobre as conclusões dos debates em painel;
- x. Diversos;
- xi. Análise e Adopção do Relatório Ministerial;
- xii. Análise e Adopção do Projecto de Declaração Ministerial;
- xiii. Comunicado de Imprensa;
- xiv. Data e Local da próxima Conferência; e
- xv. Cerimónia de Encerramento.

VI. PROCEDIMENTOS

a) Apresentação do Modelo da UA, pelo Presidente;

21. O Sr. Ghanish Kumar Jwaheer apresentou as recomendações à Conferência sobre o Modelo da União Africana de 2013. Na sua apresentação, ele exprimiu a voz da juventude mauriciana. Informou à Conferência que, cerca de 50 delegações, cada uma a representar um país da UA, discutiram e apresentaram propostas sobre o tema do Pan-africanismo e o Renascimento Africano, no quadro das celebrações do 50º Aniversário da OUA/UA. Ele mencionou que a Conferência recomendou o seguinte:

- Criar um novo sistema de governação assente na democracia;
- Facilitar o comércio intra-africano;
- Encorajar o intercâmbio cultural entre os países africanos, utilizando festivais, eventos desportivos;
- Combater à corrupção e sua tendência viciosa para impedir o progresso de uma transição notável;
- Necessidade de diversificação do programa curricular educacional;
- Promover o desenvolvimento industrial para apoiar o processo de integração; e
- Promover os direitos da mulher.

b) Relatório de Actividades do Presidente da COMAI V

22. O Relatório de Actividades do Presidente Cessante da COMAI V, Sua Excelência o Sr. Wycliffe Ambetsa Oparanya, Ministro de Estado Queniano da Planificação, Desenvolvimento e Visão Nacional 2030, foi apresentado por S.E. Maadhi Juma Maalim, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia. Na sua apresentação, ele voltou a

mencionar todas as actividades levadas a cabo pelos Estados Membros, a CUA e as CER assim como pelos Intervenientes, em conformidade com as recomendações da Vª Sessão da Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração.

c) Panorâmica Geral sobre o estado da integração em África e implementação das Recomendações da COMAI V;

23. Este ponto foi apresentado pela Comissão da União Africana, A apresentação destacou a situação da integração regional em África e o progresso na implementação das Recomendações da 5ª Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração que teve lugar em Nairobi, Quênia, de 5 a 9 de Setembro de 2011. A apresentação destacou o progresso feito na implementação do Tratado de Abuja por cada uma das CER e as fases alcançadas. Foi dito que as CER estavam a progredir na implementação do Tratado de Abuja com ritmos diferentes. A EAC é a comunidade mais avançada que já lançou o seu mercado comum em 2010. O COMESA já lançou a sua União Aduaneira em Junho de 2009. A CEDEAO e a SADC fizeram progressos na criação da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) e planeiam o lançamento da sua União Aduaneira em 2015 e 2013, respectivamente. A ECCAS já lançou a sua ZCL em 2004, porém enfrenta grandes desafios na sua implementação. Verifica-se poucos progressos na UMA, CEN-SAD e na IGAD e ainda encontram-se na fase de cooperação entre os seus Estados-membros. Ele apresentou os progressos feitos nos vários sectores, nomeadamente: o comércio, a agricultura, a energia, as infra-estruturas, a convergência macro-económica, a saúde, etc... Em relação à livre circulação de pessoas de pessoas, ele informou aos participantes que foram alcançados grandes resultados em certas regiões, nomeadamente a CEDEAO, EAC e UMA; por outro lado, algumas CER como a SADC, ECCAS, CEN-SAD, IGAD e o COMESA ainda enfrentam desafios para facilitar a circulação de pessoas.

24. Os participantes foram informados que, embora a maioria das recomendações esteja a ser implementada, várias foram consideradas muito extensas relativamente ao âmbito e à natureza não específica, carecendo de indicadores e prazos claros. Além disso, os inquiridos não conseguiram dar exemplos concretos suficientes das decisões, protocolos, programas e projectos da UA e das CER, sob a domesticação, implementação e para os quais foram afectados recursos. Contrariamente, para algumas questões, foram dadas respostas gerais.

25. Observou-se que apesar dos progressos feitos em todos os sectores, a África continua a enfrentar várias dificuldades, entre outras, dificuldades que derivam da harmonização de políticas; a falta de vontade política para implementar as decisões da integração; a apreensão por parte dos Estados em ceder algumas das suas competências; a ausência/ineficiência dos mecanismos de compensação para os prejudicados temporários no processo de integração; a inadequação das infra-estruturas físicas de integração; a falta de apropriação dos projectos regionais a nível das bases; a falta da apropriação dos programas regionais ao nível nacional, recursos financeiros inadequados; e recursos humanos inadequados.

26. Para ultrapassar os condicionalismos existentes, fizeram referências a algumas iniciativas levadas a cabo pela Comissão da União Africana, tais como o Programa de Integração Mínima (PIM), o estabelecimento das três instituições financeiras previstas no Artigo 19º do Acto Constitutivo da UA, a harmonização das estatísticas através da implementação da Carta Africana de Estatística e sua respectiva estratégia, o Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA), bem como o Programa Integrado de Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP).

27. Finalmente, foi recomendado, entre outros, que (i) o papel das CER na monitorização e avaliação do processo de integração deve ser reforçado; (ii) os Estados-membros devem priorizar a implementação dos programas regionais a nível nacional; e precisam de mais assistência na implementação dos quadros políticos regionais, através do reforço das acções de sensibilização e assistência técnica a nível nacional; (iii) o trabalho em curso sobre as fontes alternativas de financiamento da UA deve ser apoiado pelas CER e os Estados-membros, a fim de financiar programas de integração, especialmente os que estão contidos no Programa de Integração Mínima (PIM) e traduzi-los em realidade; e (iv) as CER, que ainda não o fizeram, devem começar também a reflectir sobre a criação das suas próprias fontes alternativas de financiamento.

d) Mesa Redonda sobre o Tema da Conferência

Sub-tema 1: Como aprofundar o interesse dos líderes africanos no processo de integração?

Apresentação pelo Sr. Francis Ndengwe, Conselho Consultivo Africano

28. Na sua apresentação, o Prof. Ndengwe sublinhou que era necessário tirar lições da história e da África contemporânea, incluindo a escravatura, o colonialismo, o neocolonialismo e o apartheid. Ele observou que o continente africano tem o mais alto índice de diversidade, no que toca às línguas faladas por país, uma situação que complicou a comunidade e a integração.

29. Ele manifestou sérias preocupações em relação à falta de independência monetária e o uso da arma monetária para controlar os problemas do continente. Sublinhou a necessidade de os Estados-membros cederem a soberania com vista a avançar para o processo de integração. Para progredir no processo de integração, ele observou que ideias, ideais, valores e a confiança eram elementos mais importantes do que a proximidade geográfica. Ele também introduziu o conceito de *triângulo da invencibilidade*, mencionando três, a saber: o exército, o capital e a legislação, como pilares da soberania.

Interveniente: S.E. Thomas Pale, Ministro Responsável pela Cooperação Regional do Burkina Faso

30. O Ministro observou que os desafios da falta de apropriação da integração deve ir além da liderança política e abarcar outras partes interessadas, tais como o sector privado, a sociedade civil, os jovens e as mulheres. A integração, em particular, deve

centrar-se nas pessoas. Por outro lado, o alcance dos objectivos e as metas de integração regional e continental conforme estipulado no Tratado de Abuja, deve beneficiar da vontade política para o seu sucesso. Para o efeito, é necessário sensibilizar a população em relação às questões da integração.

31. Por outro lado, indicou para o reforço da invencibilidade dos africanos, era necessário combater a marginalização dos africanos, envolvendo-os na tomada de decisão mediante a construção da confiança. Observou que foram feitos progressos, mas que ainda era necessário dar prioridade a programas de integração.

Moderador: S.E. Nassirou Bako-Arifari, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Africana e Francofonia do Benin e a Diáspora Beninense

32. O Moderador começou por recordar a apresentação do Apresentador. Indicou que os parâmetros-chave de enfoque incluíam: as questões da diversidade da língua; as dinâmicas monetárias e demográficas. Ele notou que as questões da diversidade étnica e linguística deve ser considerada como um recurso. Ele manifestou certa preocupação em relação à relutância dos Estados-membros em ceder soberania. Foi enfatizado que era necessário introduzir uma língua franca para facilitar a comunicação em todo o continente.

33. Ele notou que, para assegurar a invisibilidade, o apresentador devia incorporar os três elementos ora mencionados no triângulo, nomeadamente: o exército, o capital e a legislação para incluir a tecnologia entre parênteses. Observou que os Estados-membros eram relutantes em ceder soberania às instituições supra nacionais. Fez alusão ao facto de que as Nações Unidas criou convenções vinculativas que tornaram os países africanos vulneráveis e fracos.

Interveniente: S.E. Peter Sinon, Ministro dos Recursos Naturais e Indústria das Seichelles

34. O Ministro disse que os países africanos continuam a enfrentar sérios desafios devido à natureza dos programas de ajustamento estrutural. Observou que a diversidade da África era um rico património que pode ser usado para apoiar o processo de integração regional e continental. Indicou que é necessário ultrapassar o complexo de inferioridade. Sublinhou a necessidade de aproveitar as próximas comemorações do Jubileu da OUA/UA como uma oportunidade para reflectirmos sobre o que foi alcançado durante os últimos 50 anos, com vista a avançarmos com o processo de integração da África e a promoção da sua prosperidade.

Debate

35. Foi observada a necessidade de se ter em conta o Tratado de Abuja, enquanto se presta igualmente atenção aos três pilares, destacados pelo Interveniente, nomeadamente: direito, militar e o dinheiro. Ele indicou igualmente a necessidade de se enfatizar tanto aos aspectos militares como aos monetários. Sugeriu ainda que era

necessário a revisão do Tratado de Abuja, levando em consideração os desafios actuais do processo de integração em África.

Recomendações

36. A Conferência recomendou o seguinte:

- i. Exortar os Estados-membros a transformarem as diversidades linguísticas, étnicas e culturais em oportunidades dinâmicas para acelerar o processo de integração;
- ii. Convidar os Estados-membros no sentido de trabalharem para o estabelecimento de uma confiança mútua com vista ao aprofundamento do processo de integração;
- iii. Convidar os Estados-membros a reforçarem a coesão e a solidariedade entre si, para que possam assim fazer face às ameaças externas;

Subtema 2: O Impacto da Globalização na Governação da Integração em África

37. Esta sessão foi moderada por **S.E. Sr. Asumani Kiyngi, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação da Integração Regional** do Uganda.

Apresentação pelo Embaixador Vijay Makhan

38. Na sua apresentação, o Embaixador Makhan indicou que a integração e a soberania são interdependentes e não se excluem mutuamente. Afirmou que, confrontada com a globalização e no quadro das negociações com a União Europeia, bem como a nível da Organização Mundial do Comércio (OMC), a África falava em uníssono perante os parceiros. Isto provocou o enfraquecimento das posições dos Estados-membros, bem como das negociações com a UE nos diferentes blocos. A ronda de desenvolvimento de Doha foi auspiciosa, mas aguardamos ainda pelos resultados. Ele indicou que, apesar de terem sido desenvolvidos programas regionais e continentais, constata-se ainda uma morosidade na sua execução.

39. Finalmente, ele realçou a necessidade de capacitação das instituições continentais para que estas possam cumprir com os seus mandatos e coordenar as várias iniciativas e apresentar uma posição comum. Sublinhou que os Estados africanos devem melhorar a cooperação entre si, sem perder de vista o fenómeno da globalização, a fim de tirar as máximas vantagens das várias parcerias com o resto do mundo, com particular ênfase nos benefícios da cooperação Intra-Africana.

Interveniente: S.E. Sr. Demba Traoré, Ministro da Integração e da Diáspora do Mali

40. Na sua apresentação, o Interveniente sublinhou que a África deve moldar a sua integração e abordar os seus desafios de segurança juntando os recursos. Indicou que chegou a hora de todos os Estados Membros tomarem medidas e passos concretos em

direcção a uma integração eficaz, que tenha todos os recursos necessários para a integração.

41. Ele recordou que a vontade política que tem sido expressa repetidas vezes por Líderes Africanos, é uma realidade e o que realmente precisamos hoje é fazermos uma outra leitura das nossas soberanias, que em vez de constituir um entrave à nossa soberania, devia ser o cimento desta última, caso os Estados Membros aceitem juntá-las todas numa só para o benefício do Continente inteiro e da sua integração.

Interveniente: S.E. Maadhi Juma Malim, Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia

42. *Ragindo* à apresentação, o Interveniente não tendo quaisquer objecções de fundo sobre a apresentação, preferiu que o Apresentador enfocasse mais sobre a definição do vocábulo “globalização” e associá-lo mais profundamente com a governação da integração. Ele sublinhou o facto de a África, com as suas potencialidades e recursos assim como com um alto sentido de solidariedade e complementaridade dos seus Estados Membros, devia ser capaz de integrar e ser um actor activo e indispensável do processo de globalização. Indicou que era necessário voltarmos a reflectir sobre a nossa abordagem para a integração, por forma a alcançarmos rapidamente as metas fixadas pelas nossas nações em prol do desenvolvimento e da integração.

Debates

43. Durante o debate que se seguiu, a Conferência reconheceu a qualidade da apresentação e formulou várias observações. Observou-se que a África tinha todos os instrumentos jurídicos necessários para avançar com o seu processo de integração. Contudo, reconheceu-se que o processo de integração é complicado mas necessário, tendo em conta os desafios da globalização.

44. Neste sentido, a Conferência afirmou que havia necessidade de uma convergência política comum nas principais questões sectoriais. A Conferência enfatizou que era necessário uma maior atenção nos resultados alcançados até então na integração dentro das regiões, e tirar proveito das oportunidades proporcionadas pela globalização.

45. Finalmente, a Conferência enfatizou a importância em colmatar a falta de recursos financeiros essenciais para o sucesso da integração. A este respeito, a Conferência enfatizou que os Estados-membros devem adoptar urgentemente fontes inovadoras de financiamento.

Recomendações

46. A Conferência recomendou o seguinte:

- i. Os Estados-membros devem capacitar as instituições regionais e continentais para que possam cumprir com o seu papel na coordenação e aceleração do processo de integração;
- ii. Os Estados-membros devem desenvolver políticas comuns de convergência nas principais áreas de integração sectorial;
- iii. Exortar os Estados-membros a melhorarem a cooperação entre si, tendo em conta o fenómeno da globalização, a fim de tirar as máximas vantagens das várias parcerias;

Sub-tema 3: O Pan-africanismo e a Integração

Apresentação pelo Dr. Mathole Motshekga

47. Na sua apresentação, o Dr. Motshekga lembrou o rápido surgimento do Pan-Africanismo no início dos Séculos 18 e 19, entre a Diáspora Africana nas Américas, Europa e as Caraíbas, tendo formalmente surgido aquando do 1º Congresso Pan-Africano em Londres, em 1900. A Visão Pan-Africana das décadas de 1930 e 1940 e enunciada durante o 5º Congresso Pan-Africano realizado em Manchester, em 1945, deu lugar à formação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. A OUA foi criada para acelerar a descolonização e a unificação dos Estados africanos.

48. Ele afirmou que o surgimento de um novo pan-africanismo teve os seus princípios baseados na primeira onda do movimento e, como tal, não devemos reinventar a roda. Nos aspectos subsequentes da apresentação, ele destacou os principais valores e os princípios subjacentes ao pan-africanismo. Demonstrou a forma como esses valores e princípios serviram de base para as lutas de libertação nacional em África, a fim de desmantelar os regimes do apartheid e seguir a via da reconciliação, reconstrução e desenvolvimento.

49. Enfatizou que a desumanização dos negros e dos africanos, em particular, no mundo levou à recuperação da humanidade africana, uma necessidade para a humanidade em geral. Por conseguinte, desde o início, a luta dos povos africanos não foi racial, nem contra a cor dos opressores e esteve orientada na luta contra o sistema colonial e do apartheid. Ele sublinhou que o pan-africanismo inicialmente e as ideias de renascimento em relação ao surgimento e o renascimento do continente e dos seus povos encontraram aplicação prática durante o renascimento de Harlem nos Estados Unidos, que serviu de base para os fundadores das nações africanas, tais como Nnamdi Asikiwe, da Nigéria e Kwame Nkrumah do Gana e Nelson Mandela da África do Sul.

50. Ele destacou que a diversidade cultural de África é e deve continuar a ser o seu ponto forte do novo movimento do pan-africanismo e não o seu ponto fraco. Além disso, revitalizar a incorporação da herança e das línguas africanas, bem como dos sistemas do conhecimento africano no currículo educacional e na vida nacional, contribuiria significativamente para promover a coesão social, a inclusão e servir de elemento-chave para a integração socio-económica. Embora a escravatura tenha demorado e tenha sido barbárica, não privou completamente os povos africanos da sua identidade e da

consciencialização nacional africana, o que influenciou tanto a vida nacional como religiosa. Esta produziu campanhas com *slogans*, tais como “África para os Africanos” e os “Negros para a África”. Para concluir, afirmou que a Carta do Renascimento Cultural Africano e as Línguas Africanas devem ser ratificadas pelos Estados-membros, de modo a servir de base para a revitalização e a promoção total da herança socio-cultural dos sistemas do conhecimento africano, no âmbito do renascimento do continente, bem como da nova agenda do pan-africanismo e da transformação.

Interveniente: S.E. Sr. Thomas Kaydor Junior, Ministro da Libéria

51. Em resposta à apresentação, o interveniente enfatizou o papel crítico desempenhado pela República da Libéria na formação da OUA e na criação da CEDEAO. Ele observou que a África, para além da descolonização e a libertação dos regimes, tais como o apartheid, falhou em materializar concretamente o conceito do pan-africanismo. Portanto, houve necessidade de se dar uma expressão prática à nova onda do pan-africanismo através de medidas práticas para estimular o desenvolvimento e o crescimento económico. Isto inclui a emissão do passaporte africano, a exemplo das experiências da CEDEAO e da EAC, uma carta de condução reconhecida a nível do continente e a incorporação das línguas e da herança africanas no currículo educacional. Tudo isto irá ajudar a melhorar a integração e a defender a paz e estabilidade do continente, promovendo um sentimento de africanidade.

Interveniente: S.E. Erastus J. Mwencha, Vice-presidente da Comissão da União Africana

52. O interveniente exprimiu a sua satisfação pelo facto de que a apresentação abordou as origens do Pan-africanismo precoce, nas questões que serviram de base para o movimento inicial e, até mesmo, para a criação da OUA, nomeadamente a luta contra a escravatura, o colonialismo e a promoção da auto-emancipação. Contudo, ele observou que a apresentação devia explicar porque razão o espírito do pan-africanismo não é suficientemente brilhante ou evidente como no início dos anos de 1900 ou 1960; períodos que testemunharam ondas sem precedentes da inversão da imigração para o continente, ao contrário dos dias de hoje. Por conseguinte, ele exprimiu a necessidade de se analisar a via para a revitalização do pan-africanismo hoje, especialmente no contexto do renascimento de África. O facto de que o conceito é o tema do aniversário da OUA/UA, demonstra o sentimento dos dirigentes africanos, de que a chama do movimento não brilha tão fortemente como antes.

53. Destacou que no início, os movimentos de libertação eram financiados por africanos. Porém, desde a independência, as nações se tornaram protecionistas, reforçando as fronteiras que foram criadas arbitrariamente, as restrições e procurando recursos para financiar o seu desenvolvimento de actores externos. Sublinhou que as fronteiras herdadas dos colonialistas são não só inexactas, mas também imaginárias. Ele indicou que, apesar do colonialismo ter acabado, existe o neocolonialismo que é mais subtil e sofisticado nos seus efeitos sobre a economia e a herança cultural africanas. O novo Pan-africanismo deve, portanto, erguer-se para combater os seus efeitos. Isto implica que os

africanos e o continente estejam munidos dos instrumentos necessários para salvaguardar o seu futuro. Isto inclui, o ensino da história africana nas escolas e nas universidades, a promoção das línguas africanas e a libertação do continente da dependência externa em termos de recursos financeiros.

54. Para este efeito, salientou que os Governos Africanos devem começar a atribuir uma quota dos seus fundos soberanos e das suas poupanças internas para financiar o desenvolvimento do continente nas áreas críticas, designadamente o desenvolvimento de infraestruturas, a facilitação do comércio, as estatísticas, a ciência, a tecnologia e a industrialização. Os africanos devem reverter a história, o seu destino e serem capazes de moldar e contar a sua própria história ao mundo externo, uma vez que o continente caminha rumo ao seu 50º Aniversário. Ele concluiu afirmando que é imperativo um novo Pan-africanismo para a consolidação da agenda económica do continente e, isto será o novo parâmetro de referência e teste decisivo do sucesso nos próximos 50 anos.

Recomendações

55. A Conferência recomendou o seguinte:

- i. Apelar os Estados-membros para desenvolverem e promoverem uma nova forma e espírito de Pan-Africanismo de modo a abordar o neocolonialismo, incorporando medidas práticas para maximizar os benefícios do continente e alcançar a emancipação e libertação económicas, bem como consolidar a sua transformação económica;
- ii. Apelar à CUA para acelerar a emissão do passaporte da UA para os cidadãos africanos, seguindo as experiências da CEDEAO e da EAC;
- iii. Solicitar à CUA, em consulta com as CER e os Estados-membros, a conceber uma carta de condução e um plano de seguro automóvel a nível continental, a ser reorganizado e aceite em todos os países africanos;
- iv. Exortar os Estados-membros a promoverem a mobilidade da mão-de-obra qualificada em todo o continente; e
- v. Convidar os Estados-membros, através da Conferência dos Ministros Africanos da Educação (COMEDAF), para incluírem o ensino da história africana, línguas africanas e a integração regional africana nos currículos escolares.

e) Análise do Relatório da Reunião de Peritos

56. A Conferência analisou o relatório da Reunião de Peritos:

f) Apresentação das Conclusões da Mesa Redonda (Painel de Discussões)

57. A Conferência tomou nota das conclusões do Painel de Discussões.

VII. DIVERSOS

58. Nenhuma questão foi levantada em relação a este ponto.

VIII. ANÁLISE E ADOÇÃO DO RELATÓRIO

59. A Conferência adoptou o seu relatório com emendas.

IX. ANÁLISE DO PROJECTO DE DECLARAÇÃO MINISTERIAL

60. A Conferência analisou e adoptou a sua Declaração.

X. DATA E LOCAL DA PRÓXIMA SESSÃO DA CONFERÊNCIA

61. O Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Cooperação para a Integração Regional do Uganda, Sua Excelência o Sr. Asumani Kiyingi, informou a Conferência sobre a oferta do seu governo de acolher a Sétima Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI VII). A Conferência regozijou-se com a oferta e exprimiu a sua gratidão ao Governo Ugandês. A data e o local da próxima Conferência serão determinados pela Comissão da UA, após consultas com os Estados-membros.

XI. CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

62. No seu discurso de encerramento, S.E. Arvin Boolel, Presidente da Conferência, salientou que a concordância em acolher a Conferência, era uma manifestação de compromisso do governo e do povo das Maurícias para com a emancipação e o desenvolvimento económico da África através, entre outros, da integração das suas economias e dos seus povos.

63. Ele exprimiu a gratidão das Maurícias a todas as delegações por terem honrado o convite para participarem na Conferência, assim como pela sua naturalidade e abertura durante os debates e que produziram resultados tangíveis. Convidou os Estados Membros a envolverem todos os intervenientes, nomeadamente o Sector Privado, a Juventude e os Medias no processo de tomada de decisões e implementarem seriamente e com eficácia, as recomendações da Conferência, com vista a uma integração célere e adequada do continente.

XII. MOÇÃO DE AGRADECIMENTOS

64. Intervindo na Conferência, em nome de todos os seus colegas assim como dos Chefes de Delegação e outros participantes, Sua Excelência Nassirou Bako-Anfari, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Integração Africana, Francofonia e da Diáspora Beninense, expressou os seus sinceros agradecimentos pela genuína hospitalidade Africana oferecida a todas as delegações, assim como pelas facilidades colocadas à sua disposição e que contribuiu sobremaneira para deliberações frutíferas e conclusões receptivas da Conferência.

65. Ele assegurou às Autoridades Competentes das Maurícias que o espírito de Balaclava iria reformular o empenho renovado de todos os Estados Membros para promover uma África integrada.

XIII. COMUNICADO DE IMPRENSA

66. Um Comunicado de Imprensa resumindo os principais tópicos de discussão pela Conferência, bem como as recomendações feitas, foram apresentadas pelo Relator, em nome da Conferência.

COMAI/DECL. (VI)

**DECLARAÇÃO DA SEXTA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA UNIÃO
AFRICANA RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO (COMAI VI)
HOTEL INTERCONTINENTAL, 18-19 DE ABRIL DE 2013
BALACLAVA FORT, MAURÍCIAS**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 251-115-517 700 Ext. 255

**Sexta Conferência dos Ministros da União Africana
Responsáveis pela Integração (COMAI VI)
Hotel Intercontinental
18-19 de Abril de 2013
Balaclava Fort, Maurícias**

COMAI/Decl. (VI)

DECLARAÇÃO

Nós, os Ministros Africanos Responsáveis pela Integração, reunidos na nossa Sexta Conferência Ordinária em Balaclava Fort, Maurícias, em 18 e 19 de Abril de 2013,

Recordando os compromissos dos Chefes de Estado e Governo para com o desenvolvimento e a integração do nosso continente, conforme estipulado no Acto Constitutivo da União Africana (2000), o Tratado que institui a Comunidade Económica Africana (AEC) de 1991, a Declaração de Sirte de 9 de Setembro de 1999 e a Declaração de Acra de Julho de 2007,

Considerando as decisões Assembly/AU/Dec.112 (VII) e Assembly/AU/Dec.113 (VII) da Sétima Sessão Ordinária da Conferência da União relativa à moratória sobre o reconhecimento das CER e a institucionalização da nossa Conferência, respectivamente,

Tendo em conta a decisão da Cimeira conjunta dos Chefes de Estados da EAC, COMESA e SADC, de Junho de 2011, lançando as negociações para a Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCL) e a decisão de estabelecer, de forma expedita, uma Zona de Comércio Livre integrando as três comunidades,

Considerando as Decisões da Conferência da União Assembly/AU/Dec. 392 (XVIII) e Assembly/AU/Dec. 456 (XX), respectivamente, sobre a formação de um Segundo Bloco de CER combinadas e a institucionalização da Conferência da União sobre o Desenvolvimento e Integração em Junho/Julho, a partir de 2014,

Após uma minuciosa troca de opiniões sobre a Situação da Integração no nosso continente, o estado de implementação da COMAI V,

Expressando o nosso apreço às autoridades competentes das Maurícias pela sua decisão de isentar vistos a cidadãos de quase todos os países africanos,

Reconhecendo a importância da capacitação das organizações Regionais e Continentais,

Tendo tomado nota das recomendações contidas no Relatório da Reunião de Peritos,

Tendo deliberado sobre o tema “**Governança da Integração**”, e

Exprimindo a nossa satisfação em relação à natureza franca e cordial das nossas deliberações,

Governança da Integração

Apelamos aos Estados-membros para que:

- i. desenvolvam e promovam uma nova forma e espírito de Pan-Africanismo para a abordagem dos actuais desafios globais, incorporando medidas práticas para maximizar os benefícios do continente e alcançar a emancipação do seu desenvolvimento e consolidar a sua transformação económica;

- ii. façam diligências no sentido de reforçar a confiança mútua, a fim de aprofundar o processo de integração;
- iii. reforcem a coesão e a solidariedade entre si para que possam fazer face às ameaças externas;
- iv. envidem esforços para mútuos ou juntarem as suas soberanias, mediante a domesticação de decisões regionais e continentais, em conformidade com o Acto Constitutivo e o Tratado de Abuja;
- v. melhorem a cooperação entre si, tendo em conta o fenómeno da globalização, para tirar as maiores vantagens das várias parcerias;
- vi. capacitem as instituições regionais e continentais, para que estas possam desempenhar o seu papel na coordenação e aceleração do processo de integração;
- vii. criem fóruns nacionais para a discussão das questões da integração com os vários intervenientes, incluindo o sector privado, os meios de comunicação social, as associações da juventude e a sociedade civil; e
- viii. transformem as diversidades linguísticas, étnicas e culturais em oportunidades dinâmicas para a aceleração do processo de integração;
- ix. Desenvolvam políticas de convergência comuns nas principais áreas de integração sectorial;
- x. promovam a mobilidade da mão-de-obra-qualificada em todo o continente;
- xi. Incluam, através da Conferência dos Ministros Africanos da Educação (COMEDAF), o ensino da história de África, línguas africanas e a integração regional nos currículos educacionais;
- xii. Mobilizem recursos internos para apoiar o financiamento de projectos de infra-estruturas regionais e continentais que promovem a integração com base em várias fontes, incluindo os fundos de financiamento alternativo da CUA e o Mecanismo Africano de Financiamento de Infra-estruturas que está a ser preparado pelo Banco Africano de Desenvolvimento;
- xiii. Acelerem a livre circulação de pessoas através da liberalização dos seus respectivos sistemas de concessão de Vistos; e
- xiv. Adoptem um novo modelo inclusivo de desenvolvimento e de crescimento económico.

Solicitamos à CUA para:

- i. estabelecer um mecanismo interdepartamental para coordenar tanto a integração regional como continental;
- ii. acelerar a emissão do passaporte da UA para os cidadãos africanos, seguindo as experiências da CEDEAO e da EAC; e
- iii. desenvolver, em consulta com as CER e os Estados-membros, uma carta de condução e um sistema de seguro automóvel a nível continental, a ser reconhecido e válido em todos os países africanos;

Situação da Integração

- i. **Solicitamos** à CUA para:
 - i) organizar, enquanto se aguarda pela implementação total das decisões pertinentes sobre a operacionalização dos Comitês Técnicos Especializados (CTE), uma Conferência Conjunta Extraordinária de Ministros Africanos Responsáveis pela Integração e os Ministros da Economia e Finanças, com vista a assegurar um melhor envolvimento no processo de tomada de decisões e na mobilização de fundos necessários para a implementação dos vários programas de integração;
 - ii) desenvolver um quadro harmonizado com vista a avaliar cientificamente a implementação do processo de integração, usando indicadores de integração e indicadores comuns de avaliação, com base no Plano de Desenvolvimento Geral da UA;
- i. **Solicitamos ainda** à CUA para desenvolver, em colaboração com as CER e outros intervenientes, políticas e programas específicos sobre a troca de experiências e de mão-de-obra qualificada entre os países africanos.

Implementação das Recomendações das Conferências Ordinárias dos Ministros da União Africana Responsáveis pela Integração (COMAI)

Solicitamos à CUA para:

- i. convidar representantes da sociedade civil e do sector privado para as futuras reuniões da COMAI;
- ii. organizar um fórum de integração como plataforma para o diálogo público-privado sobre as questões de integração e ajudar a promover a rápida implementação e a definição de políticas receptivas.
- iii. conceber um programa que promova o interesse de jovens africanos nas questões de integração e de desenvolvimento da África; e

- iv. criar um observatório como um instrumento de M+A, devendo ser feito no âmbito dos actuais esforços da CUA visando o desenvolvimento de um quadro de M+A para o processo de integração.

Situação Peculiar dos Países Insulares e Encravados

Solicitamos à Comissão da UA para levar a cabo um estudo sobre as necessidades de integração dos países insulares e encravados, com vista ao desenvolvimento de um programa de assistência especial, para acelerar a sua integração; e

Solicitamos igualmente a CUA para organizar, em colaboração com as CER, os Estados-membros e parceiros pertinentes, uma reunião consultiva sobre a “Economia Azul” (Blue Economy).

Formação do Segundo Bloco

Exortamos a CEDEAO, a CEEAC, a CEN-SAD e a UMA e os seus Estados-Membros a acelerarem as suas consultas com vista a antecipar a formação do Segundo Bloco, em conformidade com a Decisão Assembly/AU/Dec. 392 (XVIII) da Conferência da União.

Solicitamos à CUA para acelerar a finalização da Nota Conceptual sobre a formação do Segundo Bloco e encaminhá-la para as respectivas CER.

Zona do Comércio Livre Continental (ZCLC)

Realçamos a importância da integração da implementação da (ZCLC) e do Plano de Acção para a promoção do Comércio Intra-africano aos níveis nacional e regional, através de várias medidas e acções, levando em consideração a necessidade de recursos técnicos e financeiros sustentáveis dos Estados-Membros, CER e parceiros de desenvolvimento.

Primeira Conferência da União sobre o Desenvolvimento e a Integração

Solicitamos à CUA para:

- i. abordar, em estreita colaboração com as CER, os aspectos do desenvolvimento e da integração que dizem respeito aos Estados Insulares no subtema sobre o desenvolvimento e a graduação dos PMA e dos LLDC; e
- ii. trabalhar em estreita colaboração com as CER, na preparação da Cimeira sobre o Desenvolvimento e a Integração e assegurar sinergias nos seus trabalhos preparativos com o Plano Estratégico da UA.

Acolhimento da próxima Conferência

Regoziamo-nos com a oferta das autoridades competentes do Uganda para acolher a Sétima Conferência dos Ministros Africanos Responsável pela Integração (COMAI VII).

Moção de Agradecimentos

Exprimimos às autoridades das Ilhas Maurícias, os nossos profundos agradecimentos e apreço pelas calorosas boas-vindas às várias delegações e pelas instalações colocadas à sua disposição, o que contribuiu sobremaneira para os resultados frutíferos das deliberações.

Finalmente, convidamos os Estados-membros e todas as partes interessadas para efectivamente implementarem as recomendações da nossa Conferência.

Feita em Balaclava-Fort, Maurícias, em 19 de Abril de 2013

2014

Relatório Da 6ª Sessão Ordinária Da Conferência Da UA Dos Ministros Responsáveis Pela Integração (COMAI VI), Balaclava Fort, Maurícias, 18 - 19 De Abril De 2013

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4069>

Downloaded from African Union Common Repository